

Contribuição à Conferência Nacional da DS

21/05/2009

Leia aqui a contribuição de Bruno Gomes e Fernando Linhares, militantes da DS no Rio de Janeiro, à XI Conferência Nacional da Democracia Socialista. A Conferência se realizará em Brasília, de 11 a 14 de junho, e o anteprojeto de resolução já está disponível neste site.

*Bruno Gomes e Fernando Linhares**

1. Da necessidade de um balanço preliminar

As grandes transformações ocorridas nos últimos trinta anos, no Brasil e em todo o planeta trouxeram importantes desafios teóricos e práticos para os que se propunham (e aos que ainda se propõe) construir alternativas ao Capitalismo e intervir concretamente no processo histórico corrente.

O retorno ao Capitalismo na grande maioria dos países que compunham o anterior “Campo Socialista” e a afirmação dos seus valores frente as grandes massas, tais como o individualismo, a desclassificação das soluções e espaços coletivos, a legitimação da existência (e da ampliação) de brutais diferenças de renda e a celebração da democracia liberal como forma mais perfeita de regime político, marcam uma enorme vitória para os setores dominantes. Que culmina com a constituição de um mundo unipolar, representado pelo domínio econômico, político e militar dos EUA como grande império contemporâneo.

A própria sobrevivência em escala socialmente considerável das perspectivas de mudança, mesmo que circunscritas as atuais esferas, já é uma grande vitória. Estas perspectivas, sob novos paradigmas decorrentes do fim da experiência histórica do “socialismo real” e do estabelecimento da hegemonia liberal a partir dos últimos anos da década de 80, se dão em bases qualitativamente diferentes do período anterior.

Do ponto de vista subjetivo – o do entendimento das vanguardas sociais que se contrapõe ao Capital, há aspectos positivos como a compreensão do caráter histórico e não determinista do processo de luta de classes, a incorporação de novos valores e da luta contra outras formas de opressão humana ou a atração de sujeitos sociais que vêm a se contrapor ao Capitalismo a partir de sua realidade concreta – como setores indígenas em alguns países da América Latina. Há os aspectos negativos, como a relativização da perspectiva utópica, a confusão no aprofundamento da crítica consistente ao modelo dominante e a dificuldade, pela perda de referências e fragilidades teóricas, para a formulação de estratégias e de táticas de enfrentamento. Neste último aspecto a fragmentação das esquerdas e a atração do conjunto da social democracia e de boa parte dos antigos partidos comunistas de orientação “soviética” para a defesa dos valores e das políticas neoliberais não é uma perda pequena, reforçando o “consenso” sobre a “inviabilidade” das alternativas socialistas.

Do ponto de vista objetivo – o do modelo econômico, das condições sociais e da correlação concreta entre as classes, as dificuldades são ainda mais evidentes: por um lado a redução dos direitos sociais, a concentração econômica em empresas cada vez maiores e globais, a privatização de empresas públicas, a desregulamentação somada à abertura das economias nacionais, o incremento do poderio bélico, político e econômico do império americano e por outro, a própria revolução tecnológica, com incremento da automação, modificação nos processos de comunicação e gestão e perda da importância econômica do setor fabril, colocaram o movimento operário e os trabalhadores na defensiva, com a perda da representatividade dos sindicatos e órgãos de defesa de classe e de sua capacidade de enfrentamento contra os ataques aos direitos sociais, sem falar na dificuldade de proposição de avanços em um cenário como esse.

Porem, como já é sobejamente conhecido, o Capitalismo não conseguiu e não consegue construir a estabilidade necessária para riscar do horizonte as alternativas ao seu modelo. Isto é muito evidenciado pela

nova crise, mas foi presente também em todo o período de euforia liberal. Neste sentido, foram dadas as condições para a constituição e o reforço de propostas e experiências pós-neoliberais, particularmente na América Latina. Essas experiências, pela conquista de governos nacionais ou pelo crescimento de movimentos de oposição, na verdade, são a coroação do encontro entre a busca contínua de alternativas por setores de esquerda ao longo desses anos e a ascensão de novos atores, que se originam dos choques concretos propiciados pela agudização das condições sociais e o não atendimento das necessidades dos povos e camadas oprimidas.

Como participantes desse processo nesses últimos 30 anos, é importante que nós da DS possamos realizar um balanço dos acertos e erros, identificando o que foi nossa contribuição positiva e o que erramos nas formulações estratégicas e táticas ao longo desse período e na sua implementação concreta da luta em nosso país.

2. Da avaliação das contribuições da DS frente as transformações da conjuntura

Ao escolher algumas formulações estratégicas (ou sua falta) e sua implementação, buscamos retratar uma trajetória e estabelecer, através da avaliação crítica, quais os elementos essenciais à formulação de uma nova estratégia para este momento da luta de classe no Brasil e na América Latina.

A importância da contribuição da DS neste processo histórico não foi pequena – ajudou na constituição, para o bem e também para o “mal”, daquele que se tornou o principal mecanismo de transformação do País nas últimas décadas – o PT – e a desenvolver e formar lutadores que se destacaram nos principais embates sociais das últimas décadas. Encontrar as pistas do que acertamos e do que erramos nos permitirá estabelecer as trilhas e caminhos em direção ao socialismo neste novo período que se abre.

a) As teses “fundadoras”

O primeiro grupo de contribuições conceituais já foram amplamente absorvidas praticamente pelo conjunto da esquerda brasileira – tratava-se do combate ao fetichismo stalinista sobre o Partido único e as relações internas não democráticas no interior de partidos e correntes de esquerda, reconhecendo a legitimidade das diferenças. Tratava também da formulação sobre a oportunidade histórica de construção de um campo político que unificasse os trabalhadores e demais setores oprimidos. Sua decorrência prática e estratégica foi a defesa da construção do PT como confluência de vários setores sociais, políticos e culturais, afirmando a necessidade de um partido classista que poderia e deveria evoluir enquanto “Partido Revolucionário”, ou seja, que liderasse as transformações sociais em direção ao socialismo garantindo seu caráter amplo, democrático e apto para o diálogo com todas as forças progressivas.

Outro grupo de proposições também pode ser caracterizado como “absorvido” no primeiro momento embora a evolução da conjuntura e da correlação de forças tenha tornado mais distante sua implementação na prática. A primeira parte diz respeito à afirmação da necessidade da ação unitária dos setores oprimidos, de qualquer orientação política e que liderem as transformações a partir das lutas concretas – o que ensejou a batalha para a construção da CUT enquanto organização de unificação das lutas sindicais. Na questão do programa a ser construído, defendemos que se estabelecesse através de consignas de transição sob a perspectiva de transcendência ao socialismo a partir da evolução do nível de consciência das massas, o que influenciou a afirmação do caráter classista e socialista do PT.

Por fim, mas não menos importante, entre as últimas proposições “fundadoras”, estava a definição da necessidade da “Democracia Socialista”, ou seja, a crítica ao terror stalinista e também a alguns postulados da teoria sobre a “Ditadura do Proletariado”, buscando, a partir dos erros e desvios da experiência dos processos revolucionários em vários países no Século XX, estabelecer um novo paradigma para o exercício do poder político pelos setores oprimidos e partidos de esquerda. Também essa tese, se inicialmente ferozmente combatida por alguns setores, pôde ser retomado mais tarde como uma crítica à esquerda a questão democrática nos regimes ditos “socialistas”, permitindo nossa diferenciação frente ao combate burguês pelo retorno ao Capitalismo, mascarado como defesa da Democracia.

Um balanço do conjunto dessas propostas é muito positivo, estabelecendo algumas bases ideológicas sob as quais o PT conquistou a hegemonia na esquerda e estabeleceu parte do programa das candidaturas iniciais de Lula.

b) A resistência ao neoliberalismo

A partir da perplexidade que se estabeleceu no conjunto da esquerda com a regressão representada pela volta do capitalismo ao Leste Europeu e à Rússia e as vitórias do neoliberalismo no horizonte ideológico e na implementação de práticas sociais regressivas, a principal resposta da DS foi a da necessidade da busca de alternativas para a construção do Socialismo.

Enquanto parte das esquerdas, inclusive no Brasil, respondeu com total perda de referência no socialismo e a submissão ao ideário liberal, a DS formulou a teoria da “pinça” elencando a necessidade de implementação da estratégia que combinava a busca por ocupação de espaços institucionais – uma perna da pinça – com a ampliação das lutas dos movimentos sociais, a realização de experiências práticas de luta de massas e a ocupação de espaços ideológicos na sociedade – a outra perna.

O período também é marcado pela clivagem da esquerda e aproximação teórica de setores diversos – como os antigos “reformistas” que se mantêm sob uma perspectiva socialista e a valorização da contribuição de Gramsci sobre a estratégia de conquista da hegemonia política por parte dos setores oprimidos. A recuperação da perspectiva da luta política baseada nesta conquista da hegemonia trouxe novas luzes à orientação para a continuidade das lutas e permitiu a identificação da complexidade da situação política e ideológica das sociedades contemporâneas, ajudando na superação do trauma das derrotas da esquerda.

Outra contribuição essencial da DS no período foi a incorporação ao programa e a prática do partido das lutas contra outras formas de opressão na sociedade, como a discriminação por gênero, por origem étnica ou por orientação sexual e a luta pela defesa do meio ambiente. A luta das mulheres, dos setores anti-racistas, dos homossexuais e dos ecologistas obteve na DS elementos importantes para seu embate civilizatório, em primeiro lugar no PT e depois também frente ao conjunto da sociedade.

A manutenção dos elementos socialistas no programa do partido, os embates nas campanhas eleitorais, o crescimento da densidade eleitoral e a afirmação do PT como principal elemento da oposição ao Governo Fernando Henrique, as lutas de resistência nos sindicatos urbanos e a luta no campo pareceram mostrar que na prática se implementava a tática da pinça e que se configurava um período de resistência, dentro da perspectiva de uma longa luta pela hegemonia na sociedade, ora intoxicada pela ideologia neoliberal.

Não foi percebido de forma clara o início do descompasso entre as concepções do setor dominante da Articulação e o que se consignava no programa e as expectativas da DS em relação ao PT. A própria transformação dos mecanismos de funcionamento interno do partido, com a redução da participação da base ao nível formal, não teve a profundidade de seus reflexos compreendida neste primeiro momento.

Pessoas que anteriormente compunham correntes de esquerda e que sofreram perdas em suas referências socialistas, particularmente oriundas do “O Trabalho” e do PCB, foram incorporadas à Articulação. Se mesclaram a setores que compunham o sindicalismo “autêntico”, sem formação e formulação em estratégias e valores socialistas. Outras figuras importantes, José Dirceu à frente, também participaram deste “mix” e ajudaram a formar o caldo de cultura da tendência majoritária. A figura de Lula funcionava, neste período, como um elemento de aglutinação, pretensamente neutro nos embates internos e tido como avalista da unidade petista.

Tanto a ampliação do peso político do PT quanto às concessões práticas na condução do partido frente a barreiras e problemas concretos eventualmente impediram uma visão mais clara da DS sobre a transformação do PT e dos seus mecanismos. Este crescimento objetivo obscureceu a avaliação dos riscos, confirmados mais tarde pela evolução do partido e por impasses vividos no governo Lula.

Outra fragilidade, principalmente na ação prática do conjunto do partido, residiu na incapacidade de empreender novas formas de luta pela hegemonia. A conquista de espaços na sociedade, por meio de ações culturais, por debates com a intelectualidade ou em discussões sobre questão de valores e o modo de vida, a busca pelo desenvolvimento de meios próprios de comunicação ou mesmo o esforço sério de formação de militantes, sempre foram secundarizados pelo PT.

Em sua evolução para a um Partido em que a busca pelos espaços institucionais é o central, uma das pernas da estratégia de pinça cresceu enormemente, enquanto a outra ficou atrofiada. As conseqüências foram percebidas sem demora.

c) A conquista do Governo Central

A falência do modelo neoliberal teve seu início no elo mais fraco da cadeia de sua implementação, onde seus aspectos regressivos tiveram maior impacto social – a América Latina.

O Brasil foi um dos primeiros países do continente a sofrer uma inflexão política. Os graves problemas enfrentados pelo Brasil a partir das ações do Governo Fernando Henrique somadas ao crescimento institucional do PT e ao reconhecimento por parte da população do papel do partido na oposição a este governo, permitiram o sucesso na campanha presidencial de 2002.

Para garantir a “governabilidade” e uma menor resistência dos setores das classes dominantes, Lula já havia ao final da campanha assinalado sua solução de compromisso com a continuidade de algumas práticas e com a redução do horizonte de implementação de mudanças. Tais concessões são estabelecidas na “Carta ao Povo Brasileiro”, que prega a necessidade da estabilidade e do “desenvolvimento econômico”.

Os traços contraditórios do Governo, que abarca setores os mais diversos do espectro social e político, logo fica evidente. Por um lado obteve-se de fato a interrupção do desmonte da máquina de Estado, a conjugação de uma política externa independente do império, a implementação de sérios programas de distribuição de rendas e de valorização dos salários, com a evolução do nível de renda das camadas mais pobres e do incremento da atividade econômica. Por outro lado, questões centrais das políticas liberais continuaram a vigorar, como a independência na prática do Banco Central, a manutenção de altas taxas de juros e do superávit primário e as concessões feitas ao agronegócio.

A participação de setores fisiológicos e atrasados na base de sustentação do governo e na máquina do Estado permite o bloqueio de muitas das alterações necessárias nas políticas públicas e impede maior ousadia em ações de governo direcionadas à maioria da população. Lula escolheu assumir compromissos para governabilidade em detrimento a iniciativas para mobilização e articulação dos setores populares organizados que assegurassem sua base de sustentação com políticas mais avançadas.

A partir da manutenção deste quadro, a discussão que divide a DS no período é justamente a caracterização do governo Lula. Nós, que permanecemos na tendência, aprovamos a formulação de um governo “em disputa”, ou seja, reconhecendo a existência de sérias contradições, mas também a de espaços a serem ocupados e avanços a serem conquistados, a partir da luta ideológica no interior do Governo, do partido e na sociedade. A compreensão do caráter do Governo, resumida nesta formulação, nos garantiu um norte para continuidade da luta pela hegemonia, a manutenção dos atuais espaços e, principalmente, o bloqueio á reação conservadora que inelutavelmente viria. Evitamos, a partir desta compreensão, cair no erro sectário de parte da esquerda ao equiparar o Governo Lula aos governos de origem liberal, com a rotulação “social liberal” e o isolamento em que incorreram.

Independente de nossa vontade e de nossa ação, não ocorreu o esperado crescimento das lutas e da participação do movimento social, conforme as perspectivas colocadas. O que vemos é um partido já muito aferrado ao calendário eleitoral, com quadros deslocados para a ocupação de espaços e cargos nos vários níveis de governo, causando o afastamento do PT de suas bases originais. Cresce a fragmentação da esquerda com a opção do PSOL e PSTU pela criação de espaços próprios e pelo encaminhamento sectário nas entidades de massa onde tem maioria. Por outro lado, ocorre, frente ao governo, um afastamento do MST e

de outros setores importantes já que não foram implementadas políticas consistentes de apoio à participação organizada em espaços de real decisão.

d) A reação da direita e a resposta petista nas eleições de 2006

Após um período de perplexidade e de rearranjo, a direita lança nova ofensiva. Inicialmente, com a unificação da oposição e a atração de setores mais retrógrados obtém a vitória na eleição para a presidência do Congresso. A seguir, realiza uma gigantesca campanha de desestabilização explorando os sérios erros de condução ética das finanças do PT, alcançando inicialmente grande eco nas camadas médias da população.

O mensalão foi o símbolo maior da crise de valores do partido e caracterizou o ápice de sua acomodação ideológica a institucionalidade. É ilustrativo também da virulência e da capacidade de unificação dos setores conservadores além de evidenciar o papel fundamental que passa a representar a Grande Imprensa como o principal aparelho das elites na difusão ideológica. O massacre político e a cerrada cortina de críticas e de difamação ao PT marcou uma batalha política e ideológica da maior importância.

A resposta do Partido foi a quebra do hegemonismo da Articulação e a crítica aos métodos equivocados conjugado com a ampla defesa do governo que as elites se dispunham a interromper ou a paralisar.

A criação da Mensagem ao Partido, que buscou unificar setores que se contrapunham à perda da identidade política do PT e que defendiam uma refundação democrática, foi uma importante resposta interna. Junto com outras tendências partidárias ajudou a eliminar algumas das distorções mais sérias e a afastar alguns dos fantasmas que nos assolavam. A evolução posterior foi a formulação da necessidade da “Revolução Democrática”, em que buscava clarificar as necessidades da luta pela hegemonia e afirmava a necessidade de construção de valores republicanos, em um país marcado em sua história pelos acordos e práticas excludentes do poder político.

A evolução das políticas sociais, a ampliação da renda das camadas populares, a interrupção parcial da ofensiva liberal, junto a uma conjuntura econômica favorável a nível mundial, sensibilizou as amplas massas populares para a necessidade de barrar as candidaturas conservadoras e reeleger Lula para mais um período. A vitória impediu a regressão conservadora e permitiu a continuidade da experiência petista no Governo Federal mas não resolveu os problemas que mantêm o atual impasse nas relações de forças na sociedade, apesar das melhorias evidentes das condições da população e do conjunto da nação.

3. Das perspectivas para o próximo período

As forças populares não têm conseguido impulsionar o desenvolvimento de um modelo alternativo, que se apóie em um bloco de forças sociais e políticas para realizar uma ruptura radical com o modelo e as práticas neoliberais. E desta forma construir bases para a chegar a uma outra configuração social e econômica. Os setores sectários já identificaram a causa deste nó górdio, em diagnóstico bem pouco original – trata-se de mais uma traição histórica e o problema é basicamente de direção política. Tanto que elegem o Governo Lula e o PT como principais inimigos. As forças políticas mais conseqüentes não compartilham, evidentemente, desta avaliação simplista.

Neste último período abre-se uma grande crise econômica, a maior em muitas décadas. Caíram por terra e à vista do conjunto do planeta os mitos e paradigmas neoliberais obrigando os governos e as forças políticas de direita a ações inauditas sem, no entanto, até agora obterem sucesso em barrar a Recessão e a instabilidade econômica e social.

Trata-se de uma oportunidade histórica, principalmente a partir dos espaços já ocupados no Brasil e na América Latina pelas forças antineoliberais. É possível e necessário resolver o impasse brasileiro e apresentar uma resposta popular à crise, apontando no sentido do socialismo a partir da vivência concreta das pessoas e do seu nível de consciência.

Para os que desejam efetivamente empreender esforços conseqüentes para construir este avanço é essencial buscar compreender a realidade brasileira e mundial e a correlação de forças em seu interior. Devemos

buscar entender a exata situação ideológica e organizativa do PT e das demais forças populares, as posições de força que já acumulamos, a reserva de poder material e ideológico das elites conservadoras, as condições econômicas, sociais e culturais em que a sociedade brasileira (e da América Latina e outros países que nos influenciam) está imersa. É necessário realizar esta análise de forma profunda para desvendar a dinâmica e as características do impasse e a partir daí perseverar na busca de respostas criativas e efetivas para eliminar as barreiras, potencializar a força acumulada, evitar as ameaças e aproveitar oportunidades que a atual conjuntura apresenta.

Este documento não tem a pretensão de realizar esta formulação em seu conjunto – se logarmos o sucesso, este será fruto da elaboração coletiva da vanguarda intelectual socialista e para sua síntese certamente irão colaborar um grande número de pessoas. O documento irá apresentar algumas questões e ponderações que poderão ajudar a construir a trajetória em direção à análise crítica e à formulação de estratégias e táticas.

Acerca da força acumulada neste período: o movimento que levou a eleição de Lula teve origem na construção contínua do PT como alternativa aos problemas da nação e a crise do Governo Fernando Henrique, renunciando o esgotamento do modelo neoliberal na AL. Foi possível no quadro de liberdades democráticas vigentes e em um período de acumulação de forças desde a resistência à ditadura e ao neoliberalismo. Esta fase esgotou-se ao atingirmos o Governo – esta História não conta como antes no tabuleiro da disputa pela hegemonia, este cacife foi utilizado. Agora o que é exigido do PT e do leque de forças que apóia o Governo são realizações e a implementação das mudanças para as quais fomos eleitos. Portanto, a possibilidade de realizá-las é o principal capital político com que contamos, além das estruturas políticas que nos sustentam no campo institucional e na luta de massas – o PT e os demais partidos do campo progressista. As eleições e as pesquisas de opinião dão mostras que a população reconhece a diferença qualitativa deste governo em relação às experiências conservadoras e neste reconhecimento está a nossa força.

Em que se pese as conseqüências nefastas do modelo neoliberal sobre os movimentos sociais, esses sobreviveram em um quadro de sustentação orgânica que lhes permitiu empreender a luta defensiva e garantir uma continuidade material importante. Não foi possível no Brasil a quebra da espinha dorsal do movimento popular e sindical nem a destruição de suas entidades e o desbaratamento de suas lideranças. A falta relativa de representatividade e a dificuldade para articulação da ação conjunta e da unidade classista não lhes permitem neste momento, constituírem-se em um pólo propositivo. Mas a sobrevivência e o crescimento vegetativo das organizações sociais durante o período áureo do neoliberalismo e a manutenção do quadro institucional das entidades de massa ao nível hoje verificado representam uma vitória e outro elemento de força para o campo popular.

De forma que a existência de um governo com o caráter do de Lula, com todas as suas contradições, a existência de partidos de esquerda representativos e de movimentos sociais organizados e operando com certa vitalidade em um quadro legal e institucional, apesar de todos os problemas conhecidos, são os pontos de apoio e sustentação do campo dos oprimidos e que impedem que a balança penda para o lado dos setores dominantes. A comparação com a Argentina ou o México e outros países com uma sociedade similar à brasileira, por exemplo, nos permite vislumbrar exatamente com o que contamos em no nosso país. Isto nos mostra também o quanto equivocada é a opção sectária.

Os pontos fracos do campo popular na luta pela hegemonia são também muito evidentes. A limitação do horizonte utópico, com a queda das expectativas das lideranças dos movimentos populares e a redução de seu nível de consciência acerca da estratégia de conquista do poder e das suas próprias tarefas e as do movimento, faz com que os “sujeitos” de mudanças também tenham enorme dificuldade para articular alternativas consistentes e sequer entender a sua necessidade. Quando avaliamos os partidos políticos de esquerda e suas lideranças, o PT em destaque, verificamos que a identidade socialista e alguns dos valores progressistas foram “abrandados” a partir dos vícios personalistas e a adaptação “acrítica” ao modo de vida dominante. A forma de organização em torno das lideranças parlamentares e a queda do nível de discussão política e da participação das bases facilitam o deslocamento ideológico e a adaptação a um “status quo” da grande política. Um certo cretinismo, antes adjetivado de “parlamentar”, hoje pode ser estendido para uma

gama maior de componentes das vanguardas políticas que desenvolvem “carreiras” acompanhando a ampliação da influência dos partidos e movimentos na sociedade civil.

Ainda sobre o PT e os partidos de esquerda, podemos verificar uma grande falta de coesão e articulação. Existem barreiras efetivas para a construção de uma estratégia de superação da atual crise e do impasse em que vive o Brasil – uma delas é a autonomização do Governo frente ao partido e a dificuldade de estruturar um eixo de ação com um horizonte estratégico afora do dia a dia das lidas governamentais, da pauta do Legislativo e da preparação e disputa de eleições. Outro grave problema é a falta de iniciativa para democratizar o aparelho de estado para além do formalismo liberal, abrindo espaços para politizar movimentos e lideranças sociais a partir de sua participação, como ocorreu nas experiências de Orçamento Participativo.

Esta situação tem origem última no próprio nível de alienação da sociedade, após décadas de bombardeio ideológico liberal. Os valores e o modo de vida “norte-americano” é difundido a partir de uma enorme gama de aparelhos ideológicos. Para atuar sobre o nível de consciência das massas e escancarar a situação real de opressão e o sofrimento social imposto por este modelo à sociedade, é necessário que tenhamos posse de instrumentos de difusão ideológica, em termos de meio de comunicação e de disputa cultural. É necessário romper o controle exercido pelas elites sobre os grandes meios de comunicação de massa, de entretenimento e de produção da cultura e do conhecimento.

A fragmentação da ação dos movimentos populares, dos partidos e lideranças políticas são demonstrações desta incapacidade subjetiva, potencializada pela ditadura das elites sobre a comunicação social. O impasse se alimenta de tal impotência – o desafio de querer e de saber como construir uma mensagem que unifique os interesses do conjunto do povo e obter acesso aos meios de difusão para ganhar corações e mentes para um novo projeto.

A grande maioria da classe média atualmente vive uma realidade em que seus interesses objetivos não se contrapõe aos das classes populares. O avanço histórico da concentração de renda no país, por um lado, e o próprio processo de inclusão no último período, por outro, permite que a conquista dos setores médios para o campo progressista seja mais fácil, caso tenhamos capacidade de disputa ideológica. No entanto, seja pelas características intrínsecas destas camadas sociais, seja porque o crescimento de sua renda neste período foi menor do que o dos setores mais pobres, seja por ter se constituído no principal alvo da ofensiva ideológica na Grande Mídia, tais segmentos hoje tem apresentado algum distanciamento em relação ao Governo Lula – embora nas eleições de 2006 tenhamos obtido parte importante de seu voto. Em um período anterior, o PT teve grande audiência por parte de setores progressistas da classe média, principalmente ao explorar a questão da transparência e a defesa da ética. A partir do mensalão e a própria acomodação do partido, já discutida neste documento, foi projetada, com o luxuoso auxílio da mídia, a imagem de um partido “igual” aos outros. É necessária a retomada do diálogo com as camadas médias, buscando forjar a atração deste setor para o campo popular, também aqui buscando entender e operar a partir do nível de consciência e do ideário vigentes.

Os setores dominantes obtiveram uma séria derrota com a eleição de Lula. O modelo que havia unificado esta classe social – o neoliberalismo, com todas suas implicações em termos de opções econômicas e sociais, fez água, deixando-os sem um projeto e sem um discurso consistente, apesar do amplo domínio do aparelho produtivo, do aparelho do estado – principalmente no Legislativo e no Judiciário, mas também no Executivo a partir das alianças firmadas, dos meios de comunicação e dos laços com os Governos de países do Capitalismo Central. Sua capacidade de unificação, no entanto, é notável como a História já nos cansou de mostrar. Obtiveram na oposição à Lula, ainda que eivada de acenos para a conciliação, a pedra de toque para a reconstrução de uma plataforma para a luta pela hegemonia na sociedade.

Para tais setores o impasse atual é muito prático – buscam bloquear todo e qualquer iniciativa de avanço e cotidianamente constroem a crítica ao Governo e aos partidos e movimentos de esquerda com uma sincronização primorosa entre seus representantes no Legislativo e no Judiciário e seus órgãos de comunicação. Esta tática, com maior ou menor furor, é praticada em toda a América Latina. Enquanto

buscam fustigar continuamente o campo popular e desgastá-lo em qualquer esfera possível, aguardam e fortalecem seus candidatos para a disputa próxima.

Neste momento não existem condições sociais e políticas, para ações “manu militari” e saídas antidemocráticas intentadas por forças conservadoras, como as ocorridas no século passado. A grande aposta dos conservadores e o grande risco para o setor popular estão na vitória de uma candidatura da direita em 2010, que buscará dismantlar os avanços, as organizações e aparelhos políticos populares, suas fontes de financiamento e sua liberdade de ação conquistadas no atual governo, de forma a destruir as bases de sustentação do campo popular. A próxima batalha já está datada e existe muito em jogo.

A atual crise traz em si também grandes riscos e grandes oportunidades. Seus efeitos imediatos podem causar desgastes ao Governo, principalmente se faltarem iniciativas e coragem para tomar sérias medidas de contenção e de resposta aos seus aspectos danosos à atividade econômica e ao bem estar social. Como “tudo que é sólido desmancha no ar”, as relações de força na sociedade serão transformadas pelas consequências da ganância e da irresponsabilidade dos especuladores e financistas do mercado global, que representam o cerne da crise. Velhos problemas em novas roupagens serão colocados. Os trabalhadores e a sociedade serão chamados a pagar o preço, com a redução do consumo, o aumento da taxa de exploração e a transferência da renda para garantir o reembolso aos setores pré-falimentares.

Se tivermos êxito ao desnudar todas as contradições do Capital e seus problemas agudos e crônicos, apresentando um posicionamento que obtenha credibilidade e interlocução frente à população, abrem-se as portas para elevação do patamar de discussão política e ideológica. Aí reside a possibilidade de disputarmos a iniciativa, quando a crise cobra o seu preço ao conjunto da sociedade. Não bastam elementos retóricos para seu enfrentamento – são necessárias medidas concretas e uma mediação que coloque em outro patamar de exigências as disputas entre as classes sociais. É necessário explicar porque e como os problemas se avolumaram a este ponto, a nível mundial e local, e quais são as respostas possíveis e como elas são factíveis no momento presente, evitando o doutrinário e buscando o diálogo com o atual nível de consciência da população.

A nossa capacidade de reação à crise e a construção de uma resposta integrada do conjunto do setor popular será a questão chave para o prosseguimento da luta pela hegemonia. Neste terreno também está em jogo o resultado das eleições de 2010, o grande momento em que as decisões serão tomadas.

4. Dos elementos para uma resposta à crise

Já é consenso que não há leis imutáveis ou caminhos pré-definidos para o desenvolvimento histórico. Não é possível antecipar o futuro. No máximo, podemos antever algumas possibilidades que vão sendo desdobradas em alternativas conforme segue o processo de disputa entre as forças sociais e as transformações econômicas e políticas.

Também não são conhecidos a priori quais serão contornos precisos que os processos de luta irão assumir ao longo da disputa – não podem ser escolhidos a partir de uma lista de receitas. A história não se repete e os meios que as classes sociais e os povos utilizaram para obter conquistas e garantir seus direitos vêm das condições concretas e das relações entre as forças sociais. Têm sido experimentadas as mais diversas formas de luta e observados diferentes ritmos de desenvolvimento das sociedades, modelos de gestão e controle social.

De forma que são pouco conseqüentes saídas “de manual”, dogmáticas, para a crise em que estamos inseridos. As respostas devem ser originais e devem levar em conta a situação presente com suas implicações mais profundas.

Neste momento, existe uma grande crise, com toda uma configuração econômica e social em questionamento no mundo inteiro. O consenso de Washington ruiu, segundo os próprios governantes de países do Capitalismo Central. Por outro lado, a nível mundial não se articulam saídas que apresentem uma resposta de conjunto, que efetivamente signifique uma alternativa aos olhos das grandes massas. A proposição do

socialismo, a única alternativa colocada historicamente, foi desconstruída pelas derrotas dos últimos 30 anos e passa por uma crise de credibilidade, dada a configuração de um “consenso” em torno do ideário conservador adotado a partir da vitória do neoliberalismo.

Na América Latina, em grande parte dos países existem configurações diversas que buscaram e obtiveram sucesso, em maior ou menor grau, ao resistir e iniciar a superação do liberalismo, pondo um freio ao seu avanço antes avassalador. Neste sentido, o continente se coloca como um pólo de vanguarda para o questionamento do modelo e para a disputa das saídas para a crise. Se o mundo continua unipolar, o império norte-americano sofre por suas contradições e está no centro do furacão. Tem atualmente enorme dificuldade de impor a “ordem” sobre sua antiga zona de influência sem, no entanto, deixar de manter estreito contato com seus aliados nos países que buscam uma alternativa ao liberalismo.

No Brasil, o Governo Lula tem este papel de posto de resistência ao modelo liberal, mesmo que imerso nas contradições que discorremos ao longo deste documento, mesmo contra a vontade de alguns componentes do governo e de parte da sua base de sustentação no Congresso. Os setores da administração sob o controle de dirigentes progressistas, os partidos políticos do campo popular e os movimentos sociais são os principais elementos para garantir a continuidade da administração e o necessário aprofundamento de seu caráter transformador.

Uma derrota nas eleições presidenciais de 2010 representaria um grave retrocesso. A tarefa mais importante do próximo período é impedi-la, garantindo a continuidade da administração petista. Neste sentido, é necessária a realização de uma ampla mobilização, conformando um grande arco de alianças para que obtenhamos a vitória.

A vitória em 2010 é o ponto de partida, mas por si só não basta, não é suficiente. Não há sentido na manutenção do atual equilíbrio de forças no interior do Governo, que tantas iniciativas paralisou. Este equilíbrio não será nem mesmo factível, pois ou os setores conservadores ganharão autonomia suficiente, impondo sua hegemonia a partir da asfixia institucional obtida pela ampliação do próprio círculo conservador em aliança com outros setores que hoje se colocam na oposição, ou, estes segmentos, dentro ou fora do governo, são colocados em defensiva e obrigados a seguir as diretrizes do campo progressista ou a embarcar derrotados – pela perda de espaços institucionais e políticos – nas fileiras da oposição.

O círculo vicioso da “governabilidade” deve ser rompido pela atração de novos aliados – que não estão no Congresso mas no seio da sociedade. O ambiente da “grande política” padece de um crônico conservadorismo. As estruturas do Legislativo e do Judiciário estão sob forte controle das forças antipopulares. Para alterar as regras do exercício da política devemos recorrer, como muito pouco foi feito neste período, à sociedade para sustentar a ação do Executivo.

É necessária uma nova composição das forças no governo para impulsionar a implementação de uma agenda política, econômica e estrutural que elimine os elementos liberais ainda incrustados em políticas públicas e em orientações governamentais. Deverá, sim, propiciar uma revisão na Estrutura do Estado e uma maior aproximação com os movimentos populares, auxiliando a sua politização. Em suma, é necessário resolver a crise de liderança e reafirmar o caráter popular da administração petista e de seus aliados.

Os elementos para construção de um novo arco de alianças, de forma tanto a ampliar as forças para obtermos a vitória no pleito eleitoral quanto para incrementar a participação das forças progressistas no interior do governo e a luta pela hegemonia no seio da sociedade, estão na disputa para as saídas da crise econômica.

Nos momentos de crise, em que algo precisa mudar, mesmo que para que tudo fique como antes – como querem os conservadores, aumenta o grau de politização da sociedade e a população aguarda as respostas e as proposições para superação das dificuldades em que se encontra. A demarcação do campo popular deve se dar sob a consigna de que os pobres, os trabalhadores e os setores médios e em suma, “a sociedade” não deve pagar por uma crise que não criou. Construir um programa que unifique os setores populares sobre essa base, buscando forjar a unidade política e fortalecer e se for o caso, estabelecer, esferas de articulação dos

movimentos sociais é essencial neste período.

Isto significa aglutinar os setores de esquerda, incentivar a politização e criar um quadro orgânico para que os movimentos sociais possam participar desta concertação. Significa principalmente ter vontade política para reverter a fragmentação do campo popular, criando um diálogo governamental que valorize esta iniciativa. Que deve ser explicitada em um programa e um plano de ação e de luta, consistente aos olhos das grandes massas. O processo eleitoral deve ser precedido por uma ampla campanha de mobilização em torno dos interesses das camadas populares, dinamizada pelos setores mais organizados do movimento social, tendo como decorrência final a elaboração de um programa a ser submetido a candidatura do PT à presidência.

Finalmente, o reforço do pólo popular não deve significar o abandono das alianças ao centro, nos moldes do que já foi conquistado. Anular a atração pela alternativa do PSDB sentida pelos setores mais atrasados que hoje compõe a aliança governamental deve ser uma meta. Devemos angariar o maior número de pontos de apoio entre os setores da política tradicional à candidatura e se possível obter a adesão formal do PMDB e de outros partidos que hoje compõe a base. A manutenção de um amplo leque de alianças é essencial ao sucesso nesta dura batalha que será a campanha presidencial.

A tarefa nas eleições é obter a vitória. Para este objetivo imediato, a capacidade de articulação na sociedade passa tanto pela constituição de um pólo progressista que seja o dínamo político da aliança quanto pela constituição de uma retaguarda que reduza os espaços dos adversários, retirando-lhes palanques ao longo do país. Evidentemente, embora necessária ao sucesso, uma tal estratégia tem grande dificuldade de implementação e envolve grandes riscos. A conquista da hegemonia, na atual correlação de forças, passa pela anulação das pressões que o Congresso e o Judiciário submetem a ação do Governo e dos movimentos sociais. O apoio eleitoral dos setores conservadores é cobrado, com juro e correções. Mas a estratégia a ser implementada para resolver a contradição é de ampliar de tal forma as mobilizações e o envolvimento popular de modo que seja inevitável para tais atores a adesão ao campo do Governo e que isto seja visto como essencial para sua sobrevivência. E como companheiros de curta jornada, sejam obrigados a seguir e a se curvar frente as necessidades populares.

Não tem sido este o formato de negociação institucional no último período, com a autonomização de famigeradas figuras no seio do Congresso, que não perderão oportunidades para traição e para adesão a outros projetos, se isto for mais benéfico aos seus interesses. É possível reverter as táticas do governo para obtenção da governabilidade com uma retomada da iniciativa institucional que combine a ação de massas, a rearticulação do campo popular em âmbito político e a existência de uma retaguarda institucional, tendo como horizonte uma vitória nas eleições. Outra meta deve ser alterar por dentro a correlação de forças no parlamento, com a ampliação das bancadas progressistas e a volta da pressão popular ao congresso.

Sobre o funcionamento do parlamento, é essencial a implementação da reforma política, ajustando as regras eleitorais e o funcionamento do legislativo de forma a aprofundar a democracia. É necessário, da mesma forma, ampliar os espaços de decisão popular, com a implementação de elementos de democracia participativa. Neste último quesito, tanto a criação de espaços permanentes e paralelos de participação direta quanto a criação de mecanismos regulares de consulta à população – táticas utilizadas com sucesso em outros países da América Latina, podem fortalecer tanto o apoio ao projeto do partido quanto apoiar os movimentos sociais na sua luta pela legitimidade.

A implementação do conjunto dessas propostas parece complexa. Exige o equilíbrio entre a articulação da unidade e do avanço no movimento de massas, da construção da interlocução deste com a iniciativa política no Executivo e no Parlamento e a atração de setores do campo adversário buscando minar-lhe o movimento de unificação conservadora. É muito difícil tanto pela fragilidade subjetiva da direção do pólo mais avançado – o PT, quanto pelas condições objetivas, desde o nível de consciências e mobilização das massas populares, o estrangulamento da comunicação exercido pela ditadura midiática, as estruturas políticas institucionais herdadas e o poder econômico das elites. Para consecução deste movimento, serão decisivas a ação dos setores mais conscientes e a evolução positiva do quadro descortinado pela crise.

5. Outros elementos que devem ser combinados na luta pela hegemonia

À parte as iniciativas mais explicitamente “políticas” e institucionais, existem espaços de disputas que devem ser valorizados e combinados para a construção de um movimento espiral positivo na conquista da hegemonia.

Grandes vitórias da civilização já foram obtidas no século passado e no início deste com a valorização da mulher e o combate da opressão entre gêneros, da liberdade de expressão e da garantia dos direitos dos homossexuais, no combate ao racismo e a discriminação étnica. Também foram reconhecidos os riscos para o planeta e a necessidade da discussão de modelos de desenvolvimento sustentáveis ecologicamente.

Eventualmente nesses aspectos foram dados grandes passos, embora a luta pela igualdade entre os seres humanos em questão de gênero, orientação sexual, origem étnica e a defesa do meio ambiente ainda continue e existam inúmeras barreiras a superar. Por outro lado, muitas questões essenciais, tanto no terreno dos valores quanto da posse de instrumentos de sua difusão e de combate de idéias, não tiveram a atenção e a prioridade que deveriam.

Uma necessidade urgente é a criação de meios de comunicação que busquem dar voz ao movimento social. A ação contínua dos grandes veículos não arrefeceu, mesmo não tendo tido o sucesso em desgastar a figura de Lula e a imagem do governo. Funciona hoje como pólo ativo na desestabilização e desacredenciamento da autoridade da atual administração e do movimento e utiliza por sua vez a oportunidade da crise para relançar em outras bases a luta pelo desgaste.

Por outro lado, mundo afora, a grande imprensa, principalmente a impressa, vive uma crise específica e sem precedentes, decorrente da redução dos investimentos publicitários e da redução dos leitores, que hoje tem na Internet uma fonte fundamental de informação e de entretenimento. O Governo, os movimentos sociais e os partidos deverão aprender a utilizar a mídia digital, onde os investimentos são menos onerosos, reforçando e incentivando iniciativas para a criação de canais de comunicação próprios e a exploração das novas oportunidades que as “mídias sociais” apresentam. Ao mesmo tempo, deve apoiar a democratização dos meios tradicionais a partir da criação de veículos diferenciados e de iniciativas locais de comunicação social.

A indústria do entretenimento e os aparelhos culturais são utilizados, majoritariamente, para divulgar um modo de vida e valores opostos à nossa visão de sociedade, baseada na solidariedade e na justiça. Em relação à obtenção de financiamento público para a realização de produções locais: toda a vez que se busca rediscutir critérios e desenvolver parâmetros que não sejam estritamente comerciais, são constituídos movimentos de reação, acusando tais tentativas de democratização como “dirigismo” e como “controle ideológico” sobre a atividade artística. Como se o mercado e os patrocinadores já não exercesse seus próprios e rígidos controles ideológicos.

Os amplos movimentos de mudanças na sociedade ensejam a construção de uma estética cuja base é exatamente uma nova ética que ganha hegemonia na sociedade. Neste terreno, os partidos políticos e os movimentos sociais não podem ditar as regras sob o risco de esterelizar a produção cultural ou colocá-la na marginalidade, como já visto nas ditaduras, tanto as de direita quanto as burocráticas de esquerda. Cabe sim a abertura de espaços, a ampliação das fontes de incentivo material e a construção de espaços públicos de expressão.

ANEXO

A questão subjetiva

Quando se discute o processo histórico e se busca desvendar o que realmente acontece e o que poderá advir no futuro das sociedades humanas, uma variável é central para este entendimento – o sujeito das transformações, ou seja, os indivíduos, grupos, segmentos e classes sociais que fazem as coisas acontecerem, tecem o porvir a partir de sua ação concreta.

Para planejar a construção do futuro, há que se entender o que as pessoas pensam, como realizaram suas opções, como irão agir em determinados acontecimentos e necessidades, ou seja, qual o seu comportamento

conforme o desenvolvimento das situações concretas e as transformações históricas porque passam as sociedades.

Este próprio conceito – o de sociedade já traz em si um primeiro recorte, digamos, “ideológico”. Margareth Thatcher, a grande dama do neoliberalismo, dizia que “não há tal coisa como sociedade”. Ela identificava a existência apenas de indivíduos e famílias, pequenos agrupamentos que teriam interesses próprios e particulares, jamais coletivos. Generalizações em maior grau não teriam base na realidade e iriam mascarar o factual, como em um conto de fadas ao inverso.

A questão da consciência de classe

Então uma primeira questão a ser resolvida é o reconhecimento de qual é a natureza e como podemos classificar os diversos tipos de atores sociais.

Pela historiografia tradicional, pré-marxista ou anti-marxista, o desenvolvimento se dá pela ação de indivíduos, sejam personagens principais, secundários ou coadjuvantes. No limite, temos a generalização de povos ou de camadas sociais que funcionalmente convivem em sociedade ou em determinado espaço geográfico. São camponeses, operários, comerciantes, industriais e assim por diante sobre os quais não se identifica um protagonismo enquanto coletivo.

Em outro campo, um certo marxismo vulgar eivado do fetichismo estalinista, reconhecia as classes sociais como blocos muito homogêneos, com interesses claramente definidos em cuja defesa vinha em prontidão “seu representante”, o Partido – único, sem cisões, divisões ou contradições, dirigidos rumo ao futuro socialista pelos “líderes”, seguidos pelas heróicas massas que se contrapunham aos burgueses ou seus aliados (ou “proto aliados”, traidores das classes oprimidas).

Quando a leitura posmodernista dos fatos se interpõe e busca interditar as grandes narrativas e as explicações generalistas, vêm à tona os “microsujeitos”. São pequenos grupamentos díspares e não hierarquizáveis entre si, que unem indivíduos que congreem interesses, costumes, faixa etária, entre outros diversos critérios. A História se estilhaça em histórias e o senso do desenvolvimento e da evolução se dissolve no mesmo caldeirão em que as utopias são desmilinguidas.

Tais caracterizações, de certa forma grosseiras e rústicas, têm como intenção demonstrar a necessidade de reconhecer a complexidade da composição das sociedades contemporâneas – para além da simplificação maniqueísta mas também combatendo sua leitura liberal, de qualquer matiz. E resolver, de alguma forma, a legitimidade de nossa abstração e demonstrar sua veracidade, quando falamos de luta de classes e de sujeitos da História.

Sob o prisma de um pensamento marxista mais aprofundado, temos que entender a composição da sociedade e na psicologia de massas, a dinâmica que se estabelece entre os gêneros, os diversos estamentos das classes sociais, os segmentos étnicos, os grupos específicos (a ótica pósmoderna não erra em identificá-los mas em negar o que lhe há além) e os indivíduos no seu dia a dia. Temos que compreender o papel das lideranças, das famílias e das pessoas no desenvolvimento da construção do consenso e no dissenso e da projeção da identidade individual e coletiva, assim como o poderoso elemento de interferência e padronização representado pelos meios de comunicação.

Devemos compreender como, porque e em que momento se constituem os ditos sujeitos históricos, isto é, quando as pessoas passam a sobrepor seus interesses coletivos sobre os individuais e se reconhecem e agem como um grupo, participantes de uma cadeia de interesses compartilhados, nisto que antigamente chamávamos de “tomada de consciência política”. Em uma rápida leitura, o que aparece é que os sujeitos das transformações históricas se constituem e são reconhecidos quando agem enquanto tal e tem, como em qualquer outra formação, um caráter provisório e mutante.

Isto nos poderá fazer escapar de simplificações e permitir que na elaboração das estratégias e táticas políticas não sejamos nem ingênuos nem derrotistas.

As organizações e movimentos

A segunda questão a abordar é o relacionamento desses sujeitos com as diversas formas de organização e agrupamento social.

Quando falamos de “Movimentos Sociais”, estamos englobando instituições com determinado funcionamento específico e os grupos de pessoas que delas participam ou nelas têm referência. Não representam o conjunto de uma classe, nem mesmo o conjunto de um setor determinado por recorte específico – um sindicato, formado pela sua direção, pela base e por suas regras de funcionamento, por exemplo, não consegue representar de antemão o conjunto dos trabalhadores pertencentes à sua base. Passa a auferir desta legitimidade através da ação prática conforme o grau de reconhecimento e de adesão, em um processo vivo e permanente de disputa.

Quando os Movimentos efetivamente “movem-se”, temos um deslocamento de forças na sociedade, por mínimo que seja – não estamos falando de processos revolucionários somente – precedido pela tomada de consciência de seus participantes da inevitabilidade da ação e pela capacidade das suas direções de identificar estratégias e táticas para que se desencadeiem.

Os partidos são formados por grupos de pessoas que tem identidade em determinado programa, práticas ou interesses. Também não tem imediata procuração de classes sociais, a princípio. É certo que as elites, com sua aguda consciência de classe e seu caráter estritamente minoritário na sociedade, tem “naturais” representantes em seus partidos. Os partidos das classes dominantes têm em seus componentes, parlamentares ou membros do executivo, “funcionários” que se ocupam dos interesses desses setores, às vezes inclusive de parcelas destes, quando não se trata de questões que os unifiquem.

Já os partidos progressistas se têm o objetivo declarado de representar os interesses das classes populares (desde o nome : Partido dos Trabalhadores, Partido Comunista do Brasil) já não conseguem logr-lo tão facilmente. Como os meios de difusão ideológicos se encontram de posse das elites dominantes, a representatividade será obtida somente se auferido objetivamente o apoio demograficamente considerável da população pobre. Nesta luta pela legitimidade, tanto a acertividade das ações quanto a capacidade de comunicação estarão continuamente sendo testados, já que a disputa com o campo conservador é permanente.

Também, sem partir de uma visão teleológica ou determinística, não existem interesses “naturais” globais das classes sociais, mas sua interpretação ideológica de acordo com os vários matizes políticos. Hipóteses que os grupos partidários constroem com sua visão de mundo e com a estratégia e da tática pretendidas para realizar mudanças e para administrar o Estado e a organização da coletividade. Podemos vislumbrar e claramente identificar dois grandes campos, os das elites possuidoras e das classes populares. Através do debate e da luta social ocorre a disputa entre elas e entre as várias visões em seu interior em torno da hegemonia e do Poder. É na sua conquista (a Hegemonia) que temos o critério, não da verdade, mas da aceitação desta versão ou narrativa pela maioria da população.

As pessoas que lideram e formam a camada mais ativa dos partidos progressistas e dos Movimentos Sociais são reconhecidas como “vanguardas”. Não necessariamente agem como tal. Muitas vezes colocam seus interesses à frente das pessoas comuns, principalmente em períodos marcados pelo crescimento da influência da ideologia conservadora e da burocratização e corrupção. Mas como também o processo social é vivo e a História continua, as vanguardas são renovadas continuamente e postas a prova nos embates políticos.

A relação entre a vanguarda, enquanto coletivo, os movimentos sociais, os partidos políticos e as pessoas comuns – as massas, é o que condiciona o desenvolvimento do elemento subjetivo da política e das transformações.

Em tempo de regressão e retomada de consciência

Este texto, que funciona como anexo à outro – “Contribuição para a Conferência Nacional da DS”, teve origem na minha percepção de ter abusado, naquele documento, das palavras “Forças Populares”, “Movimentos Sociais”, entre outras.

Nesses tempos em que há possibilidade de um despertar da consciência socialista em setores mais amplos, senti necessidade de expressar certo questionamento às chavões e às simplificações que, se facilitam a escrita de um documento, se não relativizadas, impedem a real compreensão das diversas dificuldades que iremos enfrentar na luta pela Hegemonia.

Lutar pela hegemonia é também construir um modelo para compreensão da realidade – aí já descartando a perigosa negativa pósmoderna da sua própria existência, diluída em “diversas realidades”, assim como as grosseiras simplificações “de manual”.

Qualquer modelo é sempre inexato e falho, um simulacro do real. Apesar de suas limitações, os modelos teóricos são imprescindíveis para que possamos atuar sobre o mundo real, estabelecendo estratégias e táticas, reconhecendo aliados e inimigos, forças e fraquezas, riscos e oportunidades. Devemos, porém, sempre nos lembrar de questionar as abstrações, comparando-as com as pessoas de carne e osso e com os fatos como vão se desenrolando. Como o Tomé dos Evangelhos, enfiar os dedos nas chagas da História, questionando a nossa própria compreensão de quem somos e do que nos cerca.

Rio de Janeiro, 27 de abril de 2009.

** Bruno Gomes e Fernando Linhares são militantes da DS no Rio de Janeiro/RJ.*